

Sumário

Introdução.....	1
1. Apresentação do tema.....	1
2. Justificativa, delimitação e objetivo	2
3. Método adotado.....	3
3.1 Da classificação	5
3.2 Da definição dos conceitos ora estudados.....	7
Capítulo I - Princípio Jurídico.....	13
1. Considerações iniciais	13
2. Evolução do conceito de princípio	13
2.1 Conceito de princípio sob a perspectiva dos penalistas	19
3. Conclusão sobre o conceito de princípio jurídico	23
Capítulo II – <i>Jus Puniendi</i> e Esferas de Responsabilização.....	25
1. Jus puniendi estatal	25
2. Diversas facetas do jus puniendi: sistemas punitivos.....	28
2.1 Esferas de responsabilização punitivas.....	29
2.2 Identificação de um sistema punitivo.....	32
3. Princípios gerais e específicos.....	37
Capítulo III – Princípio da Insignificância e Direito Penal	45
1. Introdução	45
2. Regime jurídico aplicável no Direito penal	45
3. Características e princípios informadores do Direito penal	51
3.1 Princípio da intervenção mínima ou ultima ratio	51
3.2 Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos	53

3.3 Princípio da ofensividade	55
3.4 Caráter fragmentário do Direito penal.....	56
3.5 Princípio da proporcionalidade.....	58
3.6 Tipicidade penal.....	60
3.6.1 Evolução do tipo no Direito penal	60
3.6.2 Tipo e fato típico.....	62
3.6.3 Tipicidade.....	63
4. O princípio da insignificância	66
4.1 Nomenclatura: princípio da insignificância e crime de bagatela... 67	
4.2 Origens do princípio da insignificância	67
4.3 Conteúdo do princípio da insignificância.....	71
4.4 Jurisprudência e o princípio da insignificância.....	75
4.5 Crimes contra a Administração Pública.....	79
Capítulo IV – Improbidade Administrativa	85
1. Considerações iniciais: corrupção	85
1.1 Efeitos da corrupção	87
1.2 Medidas de combate à corrupção.....	91
1.2.1 Convenções internacionais	92
1.2.2 Direito pátrio	98
2. Improbidade Administrativa.....	104
2.1 Regime jurídico.....	104
2.2 Bem jurídico tutelado: moralidade e probidade administrativa..	109
2.3 Princípio da culpabilidade e o elemento subjetivo da conduta ímproba	118
2.4 Princípio da tipicidade e improbidade administrativa	127
2.5 Tipicidade material e improbidade administrativa.....	132

Capítulo V – Princípio da Insignificância e Improbidade Administrativa .	139
1. O princípio da insignificância na improbidade administrativa	139
2. Aplicação do princípio da insignificância na improbidade administrativa	144
2.1 Principais critérios de interpretação.....	144
2.2 Momento em que a insignificância deve ser verificada.....	145
2.3 Aplicação da insignificância aos tipos previstos na LIA.....	148
2.3.1 Considerações iniciais: a qualificação do ato ímprobo.....	148
2.3.2 Improbidade e enriquecimento ilícito (art. 9º, LIA)	151
2.3.3 Improbidade e dano ao erário (art. 10 e 10-A, LIA).....	161
2.3.4 Improbidade e ofensa aos princípios da Administração Pública (art. 11, LIA).....	173
3. O ato de improbidade de pequeno potencial ofensivo e o princípio da insignificância	183
3.1 A posição do MPF.....	186
4. Jurisprudência e o princípio da insignificância na improbidade administrativa	189
Conclusão.....	199
Referências	209